

RESISTÊNCIA E LUTA!

(Tese da corrente sindical e popular)

POR UMA INTERSINDICAL COMBATIVA AUTÔNOMA E CLASSISTA

Apresentação

A Corrente Sindical e popular RESISTÊNCIA E LUTA, organizada nacionalmente, saúda todos os (as) delegados (as), observadores(as) e convidados(as) do II Congresso da nossa central. Este congresso, se realiza num momento de uma brutal ofensiva da extrema direita mundialmente. Diante dessa realidade se coloca para o conjunto da classe trabalhadora a grandiosa tarefa de buscar a mais ampla unidade na ação para resistir e lutar na defesa dos direitos, das liberdades democráticas contra a escalada autoritária do neofascismo em curso. Combinado com essa ação unitária, é dever dos revolucionários e revolucionárias, apontar a construção de um instrumento unitário como perspectiva estratégica rumo a sociedade igualitária sem exploradores e explorados e sem oprimidos e opressores.

ANÁLISE CONJUNTURAL: Nossa luta é internacional!

“Vivemos um período de Crise Estrutural crônica do capital em nível mundial, que é um processo de crise múltipla: econômica, social, ambiental, energética e alimentar, com fortes componentes políticos e culturais. Hoje, ela se situa principalmente no centro capitalista, como os EUA e a Europa, mas atinge todo o planeta. Não há sinais de saída “virtuosa”. Observamos o enfraquecimento econômico relativo dos EUA como centro imperialista unipolar e a emergência da China”.

“Neste período¹, o capital realizou muitas ações, usou de vários artifícios e teve várias “oportunidades” para acumular e tentar superar a crise: o rompimento do Acordo de Breton Woods; a ofensiva neoliberal; o keynesianismo industrial militar; a revolução tecnocientífica; a entrada do capital em novos setores econômicos e regiões geográficas do mundo; maior ataque à natureza com destruição ambiental; fim dos regimes burocráticos na URSS e no Leste Europeu; e a conversão capitalista da China. Mas o resultado foi o aprofundamento da crise”. A citação precedente, parte de nosso V ENAPS², fala do pano de fundo, da crise mais prolongada mais ampla, que está na base da situação atual”.

Continuam os ataques ao povo trabalhador de todo o mundo. A democracia representativa burguesa vem sendo substituída por um simulacro de democracia totalmente subordinado aos interesses do capital, especialmente de sua fração financeira. Greves, paralisações, desemprego, violência, suicídios vão se espalhando. Os trabalhadores perdem direitos e os cidadãos perdem liberdade”. A resistência cresce, mas a fragmentação da esquerda e as diversas formas de contenção das organizações populares geram impasses para o desenvolvimento das lutas. O continente europeu foi sistematicamente sacudido por poderosas mobilizações e greves. França, Itália, Espanha e Portugal deram importantes exemplos na luta contra os pacotes de austeridade. Tendo ocorrido um movimento buscando construir organizações e ações unificadas no continente (como as manifestações e mesmo greves de caráter continental). Essa ação é dificultada pelo processo de cooptação das organizações tradicionais, que quebrou seu caráter anticapitalista, fortaleceu o reformismo, o corporativismo e as direções burocratizadas que ainda controlam a maioria dos sindicatos e centrais sindicais. Essa resistência também enfrenta um processo ainda limitado de construção de novas vanguardas sociais e políticas.

Na China, onde o capitalismo foi restaurado à custa da superexploração da classe trabalhadora, assistimos a um impressionante aumento das lutas. Em 2011 foram registradas 185 greves. Esse número passou de 1.300 em 2015, demonstrando que os 700 milhões de trabalhadores e trabalhadoras chineses não estão mais dispostos a suportar passivamente as jornadas extenuantes e os baixos salários.

Os desafios na América Latina

Após as ondas de lutas na América Latina, que culminaram com a conquista, ainda que com ambiguidades, de governos com viés anti-imperialista, cujo exemplo mais simbólico foi o de Chávez na Venezuela, o que predomina é a crise econômica e política, em parte alimentada pela influência direta do governo dos EUA (caso da Venezuela) ou de frações do capital estadunidense e a sabotagem da burguesia interna.

Entre o ano de 2002 e a explosão da crise mundial em 2008 o continente latino-americano experimentou um relativo crescimento assentado no processo de reprimarização da economia em função da alta das commodities, principalmente minério, soja, gado e também petróleo. Alguns países, como o Brasil, ainda conseguiram retardar os efeitos da recessão mundial por algum tempo. Entretanto, a partir de 2013/2014 a crise se instala com força total com altas taxas de desemprego passando dos dois dígitos percentuais. Venezuela, Colômbia, Argentina e, em menor medida, Equador, seguem o mesmo diapasão e veem suas economias se afundarem. Em 2017, o PIB cresceu pouco mais de 1% e em 2018 a previsão é de pouco mais de 2%, bem abaixo da média mundial, que, entretanto, não deve chegar a 3%.

O componente político dessa crise foi o recrudescimento de uma direita que rompeu com a tendência anterior, de conquistas de governos relativamente menos autoritários. Há poucos anos assistimos a conquistas eleitorais importantes como os casos de Venezuela, Bolívia e Equador. Nesses países, principalmente Venezuela, as mobilizações foram mais intensas e levaram a governos mais à esquerda.

No Brasil, Argentina e Uruguai o processo foi de um “neodesenvolvimentismo” ainda mais rebaixado e sem sustentação econômica e política, gerando profunda crise e criando as condições para a queda dos governos dos dois mais importantes países sul-americanos.

De qualquer maneira, é inegável que estamos, na atual quadratura, diante de um processo de substituição desses governos por versões mais à direita. O golpe jurídico-parlamentar que conduziu Temer à presidência do Brasil é um exemplo dessa tendência. A vitória da direita no parlamento Venezuelano e de Macri na Argentina também são expressões desse projeto. A adoção de medidas privatizantes de empresas estatais e de ajustes na legislação trabalhista no Equador indicam que mesmo os governos remanescentes estão se ajustando às medidas impostas pelo grande capital. Na Bolívia, depois de ser derrotado no referendo para um quarto mandato, o, MAS, partido de Evo Morales, decidiu apresentar mesmo assim seu nome para as próximas eleições. Com aprovação popular em queda, mas ainda alta, o governo de Morales experimenta desgastes, com acusações de corrupção e de má gestão dos recursos hídricos. Ainda assim segue em situação menos pior que a de seus vizinhos latinos. De qualquer maneira, a mobilização e as lutas de resistência seguem sendo uma constante em todo o continente.

O México viveu um processo de poderosas mobilizações contra o “gasolinaço” (aumento do preço dos combustíveis) e contra o desmonte e a privatização da PEMEX, a Petrobrás mexicana, e a submissão do governo de Peña Nieto ao novo governo estadunidense. O resultado das políticas neoliberais e antipopulares do direitista Peña Nieto e das mobilizações foi a sua derrota diante da candidatura de centro-esquerda do MORENA, López Obrador. Foi um voto contra as políticas neoliberais, a corrupção e o controle de parte do aparelho de estado pelo narcotráfico em relação promíscua com o aparato repressivo. Apesar de um programa moderado e de aplicação incerta, sua vitória mostrou que nem tudo na América Latina é aceitação do liberal conservadorismo.

Desde o fim da URSS, Cuba abriu a economia tanto para investimentos de grandes empresas capitalistas estrangeiras em alguns setores, como turismo, mineração e infraestrutura, assim como para um mercado interno pequeno burguês que, mesmo sob o controle do estado, tem progressivamente ampliado a propriedade privada burguesa no país. Mesmo assim, diferentemente do que ocorreu com o fim da URSS e a conversão capitalista da China, Cuba ainda tem conseguido preservar importantes conquistas sociais da revolução e o apoio da maioria do povo ao governo.

Tudo isso aconteceu numa situação muito desfavorável e que ainda pode piorar, com a profunda crise que hoje atinge seu principal aliado atual (a Venezuela) e o golpe palaciano seguido da Vitória de Bolsonaro no Brasil – que, durante os governos do PT, mesmo sem ter construído uma política externa verdadeiramente independente nem internacionalista, formou uma parceria econômica importante no período mais recente.

Precisamos acompanhar esse processo, pois influenciará significativamente toda a América Latina. Tudo indica que a postura do novo presidente dos EUA, Donald Trump será de recrudescimento da violência e “exigências” ao governo cubano para que o processo de fim do embargo comercial prossiga. Por isso devemos intensificar a solidariedade ao seu povo exigindo o fim do embargo e o fechamento da base militar de Guantánamo.

Em defesa da soberania do povo venezuelano! Não a intervenção norte-americana! Fora Guadó!

A morte de Hugo Chaves, com a subsequente entrada de Maduro na presidência na Venezuela, bloqueou a continuidade do projeto bolivariano, que tem aprofundado suas contradições internas, mostrando a incapacidade das forças governantes gerarem uma verdadeira saída revolucionária para a crise, aguçando ainda mais os interesses norte-americanos na região, que sob o comando de Trump, visa desestabilizar e derrubar o governo.

É nesse contexto que nos últimos dois meses a direita venezuelana, financiada pelos EUA, articula um golpe através da sua principal liderança, o deputado Juan Guadó que se autoproclamou “presidente” da república venezuelana, Liderados por Trump, imediatamente os governos subservientes da direita e da extrema direita, entre os quais Bolsonaro, reconhecem e declaram apoio ao governo interino, ilegítimo e golpista.

Diante dessa realidade, a Intersindical-CCT deve defender a soberania do povo venezuelano, a autodeterminação e a defesa da democracia. Não a intervenção norte americana, fora Juan Guadó golpista!

Resistir e Lutar: Unificar a classe trabalhadora!

O mundo está cada vez mais dividido. De um lado a burguesia, que não é um bloco monolítico (ao contrário, experimenta processos autofágicos para se manter no poder), demonstra toda sua capacidade de inovação e de perversidade. O inédito grau de concentração de renda revela uma classe sedenta e sem pudores: fará o que for necessário para manter o sistema capitalista, mesmo que isso signifique colocar toda a humanidade em risco. Do outro lado, a classe trabalhadora demonstra que, apesar das novas configurações do mundo do trabalho, não está disposta a se acomodar. Deixar de lutar não é uma opção. Isso se manifesta através de novos movimentos e correntes políticas presentes nos movimentos sociais, assim como as

tradicionais estruturas sindicais, que, além de mobilizações e greves, também têm começado a ocupar um novo espaço eleitoral, mesmo que ainda sem uma linha programática e estratégica efetivamente socialista e revolucionária. A resistência aos ataques da burguesia é uma medida de autodefesa de sua integridade como classe. Cabe aos revolucionários interpretar e intervir nesse processo para que avance a consciência de classe dos trabalhadores e trabalhadoras.

Essa talvez seja a grande tarefa do período: ganhar a consciência da classe trabalhadora mundial. As muitas lutas que estão sendo travadas pelo povo e pelos trabalhadores e trabalhadoras em todo o mundo ainda não são compreendidas como uma totalidade. Enquanto perdurar essa alienação, essa fragmentação e falta de visão totalizante, não avançaremos de forma consequente. Portanto, as lutas pelo direito à vida, à saúde, educação, salário, moradia e trabalho, assim como o enfrentamento de todas as opressões e em defesa do meio ambiente – seja na luta de massas ou nos espaços institucionais – são indispensáveis, mas são insuficientes para a revolução. É preciso demonstrar que enquanto perdurar esse sistema capitalista nunca poderemos viver em paz e com dignidade. Sempre haveremos de estar lutando para sobreviver. E isso só será possível se, ao mesmo tempo que travarmos cada luta contra a exploração econômica, as opressões culturais, a dominação política, a opressão e dependência nacional, e a destruição ambiental, também travarmos uma batalha pela conscientização política dos trabalhadores e de todo o povo oprimido. Nessa jornada, cabe aos revolucionários construir as ferramentas sociais, culturais e político-partidárias necessárias à revolução socialista em cada país e, em nível internacional.

ANÁLISE DA CONJUNTURA NACIONAL E SEUS DESAFIOS!

Defender as conquistas democráticas e sociais do povo brasileiro

e resistir contra a escalada autoritária e o neofascismo.

Neofascismo e a eleição de Bolsonaro

As eleições presidenciais de 2018 foi um movimento de caráter neofascista ampliou sua influência na sociedade brasileira. Embora sua presença já fosse detectada na escalada autoritária que se desenvolve no Brasil desde o final do governo Dilma – ganhando corpo no governo golpista de Temer e se fortalecendo na eleição de Bolsonaro – a amplitude de massas recentemente adquirida trouxe novos elementos ao cenário nacional, nos colocando diante de um governo com tendências neofascistas. Se esta tendência vai se consolidar, constituindo um governo neofascista propriamente dito, ainda está em aberto.

Depende de como se desenvolverão as contradições de classe e intra-classes dentro e fora do Estado. Sobre o prisma da institucionalidade burguesa, é preciso identificar em que grau o poder executivo conseguirá subordinar o poder legislativo e judiciário, qual resistência intra-estatal existirá e em quais termos. Na sociedade civil, é preciso combater a ascensão do neofascismo difuso e compreender qual nível de organicidade ele poderá adquirir, conformando grupos organizados com ideologia e ações tipicamente fascistas, que já existem, mas ainda carecem de base de massas ativa. Tem muitas questões em aberto, mas a possibilidade de que um governo neofascista se consolide não pode ser descartada e deve ser combatida pelas forças democráticas, populares e socialistas.

O neofascismo, assim como o seu predecessor, se alimenta do desalento gerado pelas crises do capitalismo. Com desemprego, queda da renda, precarização do trabalho e aumento da pobreza associado a partidos e governos incapazes de apresentarem uma saída satisfatória, sua ideologia encontra terreno fértil para florescer. Xenofobia, homofobia, misoginia e racismo progridem com a crise. Não por acaso no período mais recente seu fortalecimento e difusão coincidem com as consequências devastadoras da crise de 2008. Crise que é fruto da reestruturação do capitalismo após a crise do fordismo e da socialdemocracia nos anos 1970, dando origem ao que se chama de neoliberalismo.

A resposta a essa crise foi construída pelos Estados imperialistas e as grandes corporações através de uma nova onda de mundialização do capital, a partir do fim do acordo de Bretton Woods, uma nova reestruturação produtiva global e a financeirização do grande capital. Com a conversão capitalista da China, nesse caso predominantemente via capital produtivo, e o fim dos regimes burocráticos do leste europeu esse movimento adquiriu ainda mais força. Os avanços tecnológicos e a penetração do capital em quase todas as regiões do globo gerou um extraordinário crescimento da riqueza material e financeira e paralelamente aumentou a concentração da riqueza e da renda, o crescimento da pobreza, o distanciamento cada vez maior entre os países centrais e periféricos, a elevação do desemprego estrutural, a precarização do trabalho, a desmoralização da democracia liberal e das suas instituições (raptadas e chantageadas pelas grandes forças nacionais e internacionais do capital).

Concomitante aos aspectos políticos e econômicos dessa reestruturação neoliberal, destacamos aqui o reacionarismo moral e cultural e o fortalecimento de uma ideologia ultra individualista e a consequente concorrência de todos contra todos, comumente relacionada com o “empreendedorismo” e a teologia da prosperidade. A ideologia age aqui como força material, moldando novas relações sociais e forjando um suposto “novo modo de vida”. Esses parâmetros de relações sociais concorrem com formas comunitárias e solidárias de sociabilidade, reduzindo o peso das lutas coletivas por direitos e aumentando a ode ao consumismo. Tudo isso agravado por uma esquerda, destacadamente o PT e o PC do B, que se burocratizou e se distanciou da base da sociedade e de uma outra parte que não conseguiu ocupar esse espaço vazio.

A tática eleitoral vitoriosa de Bolsonaro (PSL) também deve ser compreendida para entendermos seu êxito. Essa desenvolveu-se em estreita relação com frações do capital interno (especialmente o agronegócio) e externo (especialmente o transnacional vinculado aos EUA), com segmentos das Forças Armadas e com movimentos e ativistas nitidamente fascistas. Essa “frente” teve como principal e mais ativa base social parte da classe média alta, mas também adquiriu capilaridade na baixa classe média e mesmo em setores mais empobrecidos. Foi uma tática de médio prazo, desde 2014, e com intensivo uso das redes sociais, além de um discurso senso comum de fácil acesso e entendimento por parte do público. Se por um lado oferecia respostas simples para questões complexas, por outro lado pode dialogar de forma direta com amplos setores angustiados com questões como segurança pública, corrupção sistêmica e funcionamento precário dos serviços públicos, especialmente saúde. O neofascismo oculta e confunde as questões centrais que geram a crise que bate à nossa porta e não ataca o funcionamento do capitalismo, que concentra e centraliza o capital; que reproduz e apropria-se da renda e da riqueza em direção ao topo da sociedade, enquanto outro cai até a pobreza absoluta ou relativa; que amplia o exército industrial de reserva; e que leva o sistema a reiteradas crises econômicas, localizadas e gerais. A radicalização do neoliberalismo não é capaz e nem pretende dar respostas a essas questões. Pelo contrário, ao não oferecer respostas às necessidades das grandes massas populares, vai se tornando incompatível com a manutenção da legalidade democrática. Ora a constrange, submetendo-a aos seus ditames, ora, caso a primeira solução não seja exitosa, avança para estados de exceção mais ou menos disfarçados.

Na Europa e nos EUA apontam o “estrangeiro” como principal problema e a ordem global neoliberal como exterminadora da “nação forte” de outrora. No Brasil o neofascismo tem uma particularidade, já que não tem nada de nacionalista em seu conteúdo real, isto é, não está voltado para uma expansão econômica do capital nacional, inclusive com política imperialista, comum nos EUA e na Europa. Por estas bandas, o neofascismo está imbricado com a agenda ultraliberal e com a subordinação do país aos interesses das transnacionais, especialmente dos EUA.

É esse pano de fundo que gerou as condições da eleição de Bolsonaro (PSL): a profunda crise econômica, social e política nacional, que levou parcelas da classe trabalhadora e dos setores mais empobrecidos ao desalento, canalizando suas insatisfações para um falso candidato antissistêmico, somada ao conservadorismo presente em vários setores da população. Sua vitória reflete também a ofensiva massiva da direita e da extrema-direita no Brasil depois da primeira fase, de caráter progressista, das jornadas de junho de 2013. Embora também tenham existido mobilizações sociais de caráter amplo e progressivo nos anos seguintes, a extrema direita acumulou mais na disputa contra as organizações tradicionais do campo democrático e popular, adquirindo base de massas para as mobilizações que contribuíram para a desestabilização do governo Dilma. A tática de esvaziamento das mobilizações sociais pelo PT na

vã esperança de um novo pacto conservador também permitiu esse espraiamento da extrema-direita.

O golpe, o governo Bolsonaro e a democracia tutelada pelos militares

A vitória de Bolsonaro é continuidade da escalada autoritária em curso desde o golpe de 2016 que apeou Dilma Rousseff do Governo Federal. O objetivo do golpe, que agora está em nova fase, é radicalizar a agenda neoliberal, visando um novo ciclo de acumulação de capital baseado na ampliação da desnacionalização da economia, mais privatizações, ataque a direitos sociais e restrições democráticas, tudo em nome dos interesses fundamentais do grande capital, hegemônico pelo capital financeiro.

Essa ofensiva da burguesia encontra resistência de nosso povo, mas esta tem se mostrado insuficiente, apesar de ter demonstrado força no primeiro semestre de 2017 e na própria campanha eleitoral em 2018. As condições do mercado de trabalho, com altos índices de desemprego, subemprego e maior precarização, também contribuem para uma dinâmica de caráter mais defensivo.

Está explícito também que o período pós golpe está marcado por uma sequência de ataques físicos e políticos, por dentro e por fora da lei, contra lideranças, movimentos sociais e intelectuais. Esses ataques partem do aparato repressivo do Estado, de setores do judiciário, da extrema-direita e de milícias rurais e urbanas. O assassinato covarde de Marielle Franco, vereadora do PSOL no Rio de Janeiro, e Anderson Gomes, motorista que a acompanhava, faz parte desse processo. Na própria campanha eleitoral foram registrados dezenas de ataques, como o sofrido pelo comitê de campanha do PSOL em São Paulo e os que culminaram na morte de Moa do Katendê na Bahia e de um jovem militante do PT no Ceará.

Na reta final da campanha, entidades sindicais, estudantis e instituições públicas de ensino sofreram incursões da justiça eleitoral e das forças policiais, coibindo manifestações democráticas contra o neofascismo. Essa mesma justiça silenciou-se diante das sucessivas apologias à violência e ameaças aos opositores e à imprensa feitas por Bolsonaro e por seus apoiadores, além de posição tímida mediante o escândalo das Fake News. Como já apontamos, existe uma forte dinâmica neofascista em expansão que deve ser firmemente combatida por todas as forças democráticas, populares e de esquerda.

A operação Lava-Jato - que angariou simpatia difusa, pelo combate à corrupção, de vários partidos e setores do grande capital no Brasil - compõe esse quadro, já que se consolidou como instrumento antipolítico em geral, mas centralmente voltada para derrotar o PT e enfraquecer qualquer alternativa de esquerda, mesmo atingindo colateralmente o PSDB. Diversas medidas ilegais e arbitrárias foram tomadas para incidir na conjuntura política nacional, do impeachment até a condenação sem provas irrefutáveis e com claro viés político de Lula, impedindo-o de disputar a Presidência da República.

A operação também cumpriu, e ainda cumpre, o papel de difundir e consolidar na sociedade uma concepção ultraliberal que demoniza o Estado e fortalece os setores que defendem uma agenda neoliberal mais intensa, integrando de forma subordinada nossa economia com maior abertura nas áreas comercial, industrial e de serviços, ao mesmo tempo que defende privatizações do patrimônio nacional. A chegada de Sérgio Moro ao Ministério da Justiça é prova inequívoca de como sua atuação o tornou agente político do golpe e do que irá se desenvolver, especialmente com ampliação da repressão à esquerda e aos movimentos sociais.

No quadro de crise do regime político, as Forças Armadas (FA) passaram a ter maior ativismo político. A eleição de Bolsonaro, o peso das FA em seu governo (ocupando postos-chaves) e a eleição de diversos parlamentares ligados ao poder militar são mais um capítulo desse processo. Já no Governo Temer o general do Exército Joaquim Silva e Luna ocupou o posto de Ministro da Defesa, o primeiro militar a exercer esta função desde que o ministério foi criado (1999). Em maio de 2016, o governo golpista recriou o Gabinete de Segurança Institucional (GSI), devolvendo ao órgão o controle da Agência Brasileira de Inteligência (ABIN), submetendo-a ao General Sérgio Etchegoyen. Os militares ocupam hoje também a Secretária Nacional de Segurança Pública (subordinada ao ministério homônimo), a presidência da Fundação Nacional do Índio (FUNAI) e a chefia de gabinete da Casa Civil. Estamos diante de uma clara tutela militar sobre o Estado Brasileiro, incidindo diretamente nos três poderes: Executivo, Legislativo e Judiciário.

Está nítido que o governo Bolsonaro é continuidade radicalizada de Temer: reforma da previdência ainda mais regressiva, alinhamento com os Estados Unidos na política internacional (com “caça às bruxas” no Itamaraty), retorno da CPMF, com provável reforma tributária regressiva, a entrega da Embraer à Boeing, entre outras medidas e anúncios. A formatação, reorganização e composição ministerial tende a consolidar a radicalização da agenda neoliberal, ao mesmo tempo que visa atacar o arcabouço institucional de proteção social à classe trabalhadora e aos indígenas e quilombolas, ameaçando reverter demarcação de territórios e estimulando atos violentos contra eles e os movimentos sociais de luta pela terra, especialmente o MST.

Não nos iludamos com a suposta fragilidade do governo com as declarações desencontradas e respectivos desmentidos. Apesar de ainda não ter sido apresentado um programa político e econômico claro e coerente no seu conjunto, as vigas mestras do governo estão montadas e devem ganhar forma em pouco tempo e já há uma agenda para o primeiro ano do governo, tendo como prioridades a reforma da previdência, a flexibilização da posse de armas (com abertura do debate sobre o porte de armas), além de medidas mais imediatas para viabilizar a retomada do crescimento econômico, levando em conta que o país saiu tecnicamente da recessão em 2017 e tem grande capacidade ociosa na economia.

O que coloca em xeque a durabilidade e estabilidade da minguada retomada econômica em curso é o impacto real das reformas regressivas já aplicadas,

como a trabalhista e o congelamento de gastos; o desmonte da cadeia produtiva do petróleo com o fim da política de conteúdo nacional, nunca totalmente aplicada; o novo ciclo de abertura das áreas do pré-sal ao capital estrangeiro, com outro regime de exploração; a paralisação das obras habitacionais e de infraestrutura, etc. Mas, em se tratando de um quadro anterior bastante deteriorado, é possível que o governo obtenha relativo sucesso no seu início.

A construção de uma alternativa para a classe trabalhadora

Três projetos (com suas variações) se apresentaram para a disputa eleitoral em 2018: O projeto da direita e da extrema direita (Alckmin/Bolsonaro), o projeto da conciliação (Pt, Pcdob, PDT) e um programa para os trabalhadores (Psol/PCB/Mtst). Boulos e Sonia, encabeçaram uma aliança unificando o movimento popular e indígena, além de intelectuais progressistas e ativistas sociais. A Intersindical fez parte desse processo.

A chapa Boulos/Sonia colocou-se com o objetivo de encarnar a resistência popular, tendo à frente uma liderança importante dos movimentos de luta pela moradia e como co-presidente uma liderança indígena que expressa a resistência histórica de nosso povo contra as elites. Foi uma chapa que deixou uma imagem simbolicamente positiva.

A candidatura de Boulos/Sonia foi construída em um cenário muito difícil para a esquerda. Sem Lula diretamente no processo, Jair Bolsonaro (PSL) liderou todas as pesquisas de opinião antes e depois da campanha oficial, enquanto o candidato preferencial do grande capital, Alckmin (PSDB), patinava em menos de dois dígitos, terminando o processo com melancólicos 4%. No início da campanha oficial havia a possibilidade de Alckmin, que compôs uma ampla frente eleitoral, tinha o maior tempo de rádio e TV e maior estrutura partidária e institucional, crescer e tornar-se a representação da direita no segundo turno. Mas sua passagem não era líquida e certa, já que dependeria de uma acentuada queda de Jair Bolsonaro (PSL) que antes da campanha oficial já demonstrava ter alto índice de voto consolidado em seu eleitorado.

Estava claro desde o final do ano passado que essa eleição presidencial seria uma das mais incertas desde o fim da Ditadura Militar. O desolamento ocasionado pela crise – na qual o PT tem importante parcela de responsabilidade pela frágil política neodesenvolvimentista, pela corrupção, pelo estelionato eleitoral de Dilma e por ter iniciado o ajuste fiscal radicalizado por Temer - ampliou o sentimento de indignação contra os partidos e os políticos de um modo geral, que já se desenvolvia desde 2013.

No segundo turno, todos os esforços de unidade ampla para derrotar Bolsonaro, uma tática necessária para derrotar o retrocesso, as ameaças das liberdades democráticas, a intolerância e o autoritarismo. As massivas mobilizações sociais ocorridas durante toda a campanha mostram que esse deve ser o nosso caminho: estar nas ruas defendendo os interesses da classe trabalhadora, dos que lutam pela terra e moradia, dos povos tradicionais (indígenas, quilombolas,

ribeirinhos, etc), do povo de santo, das mulheres, dos negros e negras, dos LGBTT e da juventude, além do próprio direito de lutar e fazer oposição.

Ampliar as lutas contra a ofensiva conservadora

A conjuntura nos exige a conformação de forças capazes de resistir à ofensiva conservadora com fortes elementos fascistas, engrossando a luta pela democracia e contra a criminalização dos movimentos sociais e da oposição. A ameaça declarada do presidente Bolsonaro aos “vermelhos” – leia-se, partidos de esquerda e movimentos sociais – demonstra a urgência da conformação de frentes com este objetivo.

A Frente Povo Sem Medo (FPSM) se constituiu como um dos espaços de organização das lutas nos últimos anos. Composta por diversos movimentos sociais, sua atuação - em que pese muitos limites políticos e organizativos, além da concentração no centro-sul do país - tem contribuído para organizar parte da resistência popular contra a ofensiva conservadora.

Como já apontamos anteriormente, os anos que virão serão de muitos enfrentamentos contra as medidas políticas e econômicas da burguesia nacional e internacional que virão de um governo abertamente autoritário. As centrais sindicais combativas, os partidos de esquerda e as demais organizações populares não são suficientes para organizar a resistência popular e democrática isoladamente.

É necessário construir frentes de ação unitária que impulsionem as mobilizações populares e essas frentes precisam ter independência de classe, superando as direções burocratizadas hoje hegemônicas nos movimentos sociais.

Plataforma de lutas e tarefas políticas prioritárias da Intersindical

Diante de todas as questões postas, devemos elencar – a partir da nossa presença concreta nos movimentos sindical, popular e de juventude – nossas prioridades na ampla plataforma de lutas que serão travadas no próximo período.

- a) Propor juntos as demais centrais e frentes a necessidade da construção de uma greve geral para derrotar a Reforma da Previdência.
- b) Contra as privatizações das empresas e universidades públicas
- c) Em defesa dos territórios indígenas e quilombolas e das ocupações da luta por moradia!
- d) Revogação da EC 95 e da reforma trabalhista;
- e) Em defesa das conquistas democráticas do povo;
- f) Contra a criminalização dos movimentos sociais e partidos de esquerda ou de oposição;
- g) Revogação imediata da lei antiterrorismo e do Decreto 9.527/2018 criando a chamada “Força-Tarefa de Inteligência”;

- h) Revogação da Reforma do Ensino Médio;
- i) Contra a Escola sem Partido. Em defesa da liberdade de cátedra e opinião;
- j) Contra a intolerância religiosa. Pelo Estado laico.
- k) Pela Auditoria Cidadã da Dívida Pública;
- l) Contra a criminalização da luta das mulheres, negras e negros e LGBTQ+;
- m) Em defesa da saúde e da educação pública, gratuita e de qualidade.

Além da plataforma de lutas anterior, coloca-se como tarefas políticas prioritárias:

- 1) Devemos nos engajar na construção de frentes de resistência aos ataques às conquistas democráticas e sociais, prioritariamente as que forem capitaneadas pelo movimento sindical e popular e entidades civis. Estas frentes podem ter diferentes perfis e composições, mas devem balizar-se em plataformas de luta unitárias contra os retrocessos sociais, econômicos, políticos e culturais do governo Bolsonaro, dos governos estaduais e das prefeituras.
- 2) Nas lutas quilombolas e indígenas, devemos atuar na organização da resistência aos ataques legais, normativos ou físicos. Esta resistência deve buscar aliados nos movimentos sociais rurais e urbanos, ao mesmo tempo que deve adquirir visibilidade pública com o objetivo de criar solidariedade na “opinião pública”. É necessário também construir medidas de autodefesa.

ANÁLISE DA POLÍTICA SINDICAL (CONCEPÇÃO, PRÁTICA E BALANÇO)

SÍNTESE DA CONCEPÇÃO POLÍTICA E DA AÇÃO SINDICAL

DA RESISTÊNCIA E LUTA!

A luta pelo socialismo permanece como uma demanda histórica atual. Essa luta e a própria construção do socialismo têm um ator central aquele ou aquela que não tem outra alternativa no mundo capitalista, senão a sujeitar-se a condição de vendedor (a) ativo (a) ou aposentado (a)) da sua própria força de trabalho. Ou seja, o “proletariado”: trabalhadores assalariados (as), urbanos (as), rurais, manuais e/ou intelectuais e o enorme e diversificado contingente dos sem direitos ou com direito precário, integrantes do exército industrial de reserva (desempregados).

Para que haja luta socialista significa e para que o próprio socialismo não se congele como uma possibilidade sempre distante, um requisito central é que o proletariado não se limite a ser uma realidade empírica, que ele se afirme enquanto classe.

O movimento pelo socialismo mais do que antes, está chamado a aglutinar e unir o ser que o capital separa, precária e divide. O trabalho para configurar politicamente e desenvolver a identidade da classe dos trabalhadores e trabalhadoras é imprescindível para o destino da luta socialista.

É nessa labuta que se situa e ganha sentido o sindicalismo – realidade e espaço no qual interagem e se desenvolvem sujeitos e visões diferenciadas.

Neste momento de crise do sindicalismo, de divisão, cooptação, aparelhismo e desesperança, faz-se urgente e necessária a retomada da discussão sobre a concepção e a construção de uma nova prática sindical.

Pressupostos para a Ação Sindical, numa perspectiva socialista

- A ação sindical é uma arena decisiva para a luta pelo socialismo; por isso, ela precisa ser ampla, unitária e democrática.
- Precisa recolher e impulsionar com fidelidade e dedicação as demandas econômicas e as reivindicações imediatas dos trabalhadores (a dimensão de correção do valor da força de trabalho), mas de modo nenhum a isso deve limitar-se;
- A luta sindical é uma luta política; esta luta, se tomada numa perspectiva transformadora, requer o desenvolvimento de uma teoria e de uma consciência revolucionária – desenvolvimento pleno só possível no quadro dos conflitos mais gerais que envolvem o conjunto das classes sociais e, portanto, não confinado ao embate gremial “patrão” x “empregado”.
- O trabalho sindical não é uma “carreira” específica (a de “sindicalista”). O trabalho sindical é um espaço de militância. Isto é, um/uma militante socialista que atua no movimento sindical intervém com firmeza e dedicação em todas as esferas, instâncias e atividades da vida sindical, mas. Para este, tal labuta não deve ser vista como um “caminho para se fazer na vida”, mas como uma tarefa, uma missão de militantes políticos.
- O trabalho sindical é entendido como uma ação ampla, voltada para arrebatar o conjunto das categorias, independentemente da concepção política, religiosa, nacionalidade, gênero, orientação sexual de cada trabalhador/trabalhadora etc. Ou seja, o critério para integrar uma entidade sindical deve ser fundamentalmente o de pertencer ao ramo ou à categoria econômica correspondente:
- A construção de um sindicalismo comprometido, na palavra e na ação, com as transformações revolucionárias da sociedade exige que tal ação sindical, esteja orientada numa leitura realista da realidade e articulada a uma estratégia coerente com este objetivo. Com uma prática cotidiana que faça do sindicato uma verdadeira escola voltada para educação sindical e política dos trabalhadores e trabalhadoras.

- O sindicalismo é uma ação que requer que as entidades sindicais sejam independentes, política e financeiramente, das classes dominantes e do Estado. Isto é, somente os trabalhadores e trabalhadoras podem decidir os seus rumos e sustentar seu funcionamento e suas atividades.

POR UMA INTERSINDICAL CLASSISTA, INDEPENDENTE, AUTÔNOMA E COMBATIVA.

Nossa concepção de central

A realidade vivida hoje pela classe trabalhadora coloca a necessidade de avançarmos e relação às relações às experiências passadas. Por isso, defendermos uma Central Sindical e Popular de trabalhadores e trabalhadoras que possa incorporar todos os setores formais e informais da economia, o conjunto dos trabalhadores e trabalhadoras de um ramo, preferencialmente, ou de uma categoria econômica, independentemente da função ou cargo, forma de remuneração, filiação partidária, confissão religiosa, gênero, raça, nacionalidade, do caráter do vínculo empregatício, com ou sem carteira assinada, empregados e desempregados.

A Central Sindical e Popular de trabalhadores e trabalhadoras deve ser ampla, plural, classista, independente, autônoma, democrática, internacionalista e que tenha unidade e a solidariedade de classe como valores estratégicos e esteja a serviço da luta pelo socialismo.

BALANÇO DA INTERSINDICAL.

Há cinco anos, saímos do congresso de fundação com duas tarefas fundamentais: Do ponto de vista organizativo, consolidar a construção da Intersindical, visando o seu crescimento. Por outro lado, reafirmar politicamente na ação cotidiana, os nossos princípios programáticos de um sindicalismo classista e autonomia de classe, frente a patrões, governos e partidos políticos.

Um breve balanço desde a sua existência, sobretudo neste último e complexo período, torna-se necessário para corrigir erros e avançarmos naquilo que, na nossa opinião, consideramos que foram acertos.

Levando em consideração a complexa conjuntura, precisamos responder concretamente se esses dois objetivos foram cumpridos.

Do ponto de vista organizativo, nossa central, ainda não se estruturou nacionalmente. O seu crescimento ficou muito aquém do esperado, isso se deve a vários fatores. Estamos presentes na maioria dos Estados, mas isso não significa, que em cada um deles, estamos organizados estruturalmente. São poucos Estados onde a Intersindical de fato, encontra força para intervir com seu protagonismo.

O número de sindicatos e movimentos populares filiados à nossa central, ainda é muito pouco. Mesmo nos Estados onde temos uma maior presença da nossa militância, ainda encontramos diversos problemas organizativos.

Um segundo aspecto, refere-se à nossa concepção política e a prática sindical da nossa central. Este, sem dúvida, consiste talvez num dos maiores desafios, isto porque, assumimos o compromisso (congresso de fundação) que a nossa central, deveria se diferenciar de todas as demais centrais já existem, para que pudéssemos sermos um polo aglutinador, uma ferramenta de luta para os lutadores e lutadoras tanto do campo combativo como daqueles e daquelas que estão nas centrais que se tornaram aparelhos dos seus respectivos partidos e num projeto ora isolacionista, ora adesista com suas vacilações.

Diante desses pressupostos e avaliando as nossas movimentações táticas nesse último período, é possível afirmar que houve acertos entre os quais, os esforços pela mais ampla unidade para derrotar os retrocessos e os ataques à nossa classe e o conjunto da população mais pobre. Mas é preciso reconhecer também, que ultrapassamos os limites da flexibilização da tática o que acarretou em alguns erros, entre os quais a estreita relação com o cultismo e a adesão quase que automática da pauta sem fazer a diferenciação necessária em muitos momentos. Essa tática tem gerado uma descaracterização e algumas confusões para uma parcela significativa de lutadores combativos e até mesmo outros que se encontram em processo de ruptura com as demais centrais e se identificam na Intersindical este caráter distinto das demais na sua concepção e na sua prática.

Ressaltamos, entretanto, que não somos daqueles que compartilhamos de uma tática isolada ou auto proclamatória. Partimos do pressuposto de que a unidade da classe trabalhadora é essencial na luta contra os governos e os patrões, por isso, a defendemos a mais ampla unidade com todos aqueles e aquelas que querem lutar, a partir de uma plataforma comum, onde a centralidade deve ser a defesa incansável dos direitos da classe, sobretudo quando estamos numa conjuntura como essa de grandes retrocessos e ataques brutais aos trabalhadores e trabalhadoras do campo e da cidade.

SOBRE O FUNCIONAMENTO DA NOSSA CENTRAL

Para que a nossa central possa ter uma ação sindical a serviço da transformação social e da defesa do socialismo será necessário apropriar-se na prática cotidiana de princípios fundamentais dos quais destacamos:

1. Democracia

A Democracia operária é um dos princípios estruturantes de uma central classista, neste sentido combatemos a prática política que pelo fato circunstancial forças políticas detêm a maioria e atropelam as minorias sem exercitar e sem se preocupar em convencer ou mesmo em vencer a discussão de suas posições. Garantir a mais ampla liberdade de expressão no interior das entidades é um elemento fundamental da democracia

2. Autonomia e independência frente a partidos, governos e patrões

Todas as centrais na teoria defendem este princípio, entretanto o que a prática tem demonstrado nas últimas décadas é um total atrelamento das principais centrais, seja a um partido, seja nas negociações de cúpula com o governos e patrões para frear a luta da classe trabalhadoras

3. O combate a central de partido

Nas últimas décadas as centrais sindicais se tornaram centrais partidária. Em nome de retórica revolucionária independentemente de discurso e das intenções, partidariza os movimentos. Partidarização esta entendida como um processo em que através da violação do funcionamento das instancias e das normas democráticas as centrais são reduzidas a correia de transmissão dos interesses de um partido ou de um grupo político.

4. Direção colegiada e rotativa

Nossa central não pode legitimar a perpetuação de dirigentes sobre tudo nos cargos mais importantes da central, para evitar este desvio típico das velhas burocracias sindicais, é preciso que haja regulamentação estatutária com aspecto pedagógico de uma ação sindical. Por isso o combate ao caciquismo, a cultura presidencialista e ao personalismo.

5. Unidade na diversidade

A nossa central deve buscar a mais ampla unidade interna garantindo a diversidade das posições. O método entre as majorias e as minorias é o respeito. Por isso, devemos combater todo tipo de hegemonismo que coloca em risco a democracia dos trabalhadores/as.

Reorganizar o movimento sindical e popular, superar a fragmentação e a divisão da nossa classe e fortalecer a unidade orgânica do campo combativo.

A história do nosso povo está caracterizada por uma trajetória de muitas resistências e muitas lutas ao longo desses cinco séculos de histórias. Vivemos tempos difíceis e a conjuntura exige muitas resistências e muitas lutas. Com essa caracterização os lutadores e lutadoras de todo o País da Ação Popular Socialista, se reuniram nos dias 26, 27 e 28 de fevereiro de 2016, na cidade de Belém e depois de um riquíssimo debate, fundamos a Resistência e Luta, uma corrente sindical e popular, para atuar em todos os espaços e buscar a mais ampla unidade da classe contra a exploração, a dominação e a opressão do

capital. O nome representa a síntese política do nosso legado histórico, daqueles e daquelas que resistiram e lutaram bem como os que hoje, continuam firmes na resistência e na luta movidos pelo sonho da construção de uma sociedade emancipadora.

Vivemos um processo de reorganização do movimento sindical e popular no Brasil. Nas últimas duas décadas, fomos protagonistas e lutamos exaustivamente pela unidade do campo combativo. A ofensiva do capital e os ataques feitos a classe trabalhadora, são brutais. A Resistência e Luta, surge para reafirmar a mais absoluta necessidade da unidade do campo combativo numa única central sindical e popular, ampla, democrática, unitária, plural, classista, solidária, de acordo com os princípios históricos da classe trabalhadora e das suas organizações sindicais e populares.

Temos a compreensão de que, diante desta conjuntura, as forças políticas e os lutadores e lutadoras deste país não podem apostar na fragmentação; devem combater com firmeza a disputa fratricida entre as correntes, a autoconstrução a qualquer custo, a autoprocamação, o sectarismo, o vanguardismo e a prática sindical antidemocrática. Somos aqueles que lutam pela unificação dos combativos em uma só central da classe trabalhadora, para que estejamos mais fortes no enfrentamento à exploração do capital.

Viva a resistência e luta!

Viva a unidade da classe trabalhadora!

OUSANDO VENCER, VENCEREMOS!